

O pós-Dilma: o que bancos e analistas políticos esperam do governo Temer?

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

SÃO PAULO - Com a aprovação da admissibilidade do impeachment por 55 votos a 22 no plenário do Senado, o vice-presidente Michel Temer foi alçado automaticamente ao posto máximo da política brasileira. A presidente sairá formalmente de cena enquanto o seu vice -- que passou a tornar públicas as divergências e atritos com a titular da chapa ao final de 2015 com a simbólica carta em que alegava ter papel meramente "decorativo -- receberá, a partir de agora, todas as atenções sobre estratégias e ações. A maior parte dos analistas destaca: se muitas vezes a lua de mel entre um presidente eleito e a população ou o Congresso é curta, ela deve ser ainda menor no caso do peemedebista, que assumirá o cargo da presidente interinamente hoje depois de um conturbado processo de impeachment. "Como o governo Temer está nascendo do ocaso de outro governo, e não de eleição direta, ele não tem esse período de lua de mel tão grande", explica o cientista político e professor Luís Felipe da Graça, da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getulio Vargas. "Ele é a alternativa possível no momento, vai ter alguma capacidade de reforma. A questão é se esse capital político não vai ser gasto muito rapidamente". A economia é um dos pontos de maior preocupação, principalmente para estancar a dívida bruta, mas ainda há outros desafios, como a montagem da equipe ministerial e a relação com o Congresso. Além disso, a Operação Lava Jato segue no radar, e pode representar tanto uma ameaça para a "tropa de choque" do vice quanto para o próprio Temer. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) também deve ser um ponto a ser olhado com atenção, uma vez que delações sobre doações ilícitas da campanha eleitoral de 2014 podem comprometer a chapa Dilma Rousseff-Michel Temer e não atingir apenas a "cabeça de chapa". Notícias relacionadas Meirelles define três prioridades na Fazenda para governo Temer, diz Folha Montagem da equipe econômica de governo Temer enfrenta entraves Com chance de mudar governo de "cerca de 100%", LCA revisa os 3 cenários para gestão Temer Eurasia eleva perspectiva para Brasil com sinalizações de Temer; chance de Dilma continuar é de 10% Os desafios que Temer deverá enfrentar no Congresso caso vire presidente O que esperar do Banco Central com Michel Temer presidente O pós-Dilma: o que bancos e analistas políticos estão esperando do governo Temer? Para Eurasia, 55 ou 56 senadores votarão a favor do impeachment de Dilma Com a economia no foco dos principais analistas como o determinante para o sucesso e o fracasso do "governo de transição", é preciso que o vice traga medidas claras logo no início da sua gestão. "Somente a divulgação da agenda econômica poderá confirmar se Temer está ciente da gravidade dos problemas econômicos e apenas as primeiras votações irão dizer se a base em construção, que se mostra mais fisiológica que programática, é realmente sólida e fiel. Ainda é cedo para antecipar se o futuro governo Temer será um retumbante fracasso ou um estadista reformista -- provavelmente, será algo entre estes dois extremos", destaca a Rosenberg Consultores Associados. O que fazer? O PMDB, partido de Temer, já havia lançado, no fim do ano passado, um documento com um guia, um conjunto de medidas que devem ser tomadas para solucionar a crise econômica. A chamada "Ponte para o Futuro" foi importante para que o mercado se animasse com a possibilidade de que o peemedebista entrasse no governo. Elaborado por economistas do porte de Marcos Lisboa - presidente do Insper - Paulo Rabelo de Castro - presidente do conselho de economia da Fecomercio - José Márcio Camargo - economista-chefe da Opus Asset - e Fábio Giambiagi - economista especializado em contas públicas -, o texto exorta o novo governante a reduzir o déficit primário e resolver os maiores problemas da economia. O InfoMoney conversou com José Márcio Camargo, que disse que de todo o programa que ele ajudou a criar, o mais importante é desvincular o Orçamento e realizar uma reforma fiscal consistente. "É preciso fazer a reforma da Previdência, que gera um gasto três vezes maior que o da Educação", diz. De todos os problemas brasileiros, ele acredita que o mais urgente a ser solucionado é a correção da trajetória da

dívida pública, que traz riscos sérios de insolvência no longo prazo. "A dívida brasileira está em uma trajetória insustentável. No ano que vem, vamos ter quase 80% do PIB de dívida. Você pode falar que é um número próximo ao dos EUA, mas eles pagam 0,25% de taxa de juros, e o Brasil, 14,25%. Você não consegue financiar o Estado assim", afirma o economista da Opus. Na sua avaliação, assim como o ajuste fiscal deve ser feito, os juros devem ser reduzidos, mas de maneira a não aumentar a inflação, ao contrário do que foi feito em 2012. "Forçar a Selic até 7,25% não vai adiantar de nada. É preciso reduzi-la, mas só quando os preços não estiverem mais pressionados." Para Camargo, também é importante reduzir a burocracia na legislação trabalhista e abrir mais a economia brasileira a acordos comerciais com nações estrangeiras, principalmente fora do Mercosul. Se tudo for feito como manda a cartilha, na avaliação de Camargo, o PIB (Produto Interno Bruto) pode crescer em 2017, e 2018 tem um importante potencial de ser um ano de crescimento robusto. Sem se arriscar em projeções, o economista disse ver um horizonte mais favorável à frente, e afirma confiar em Temer para realizar as mudanças necessárias para colocar a economia nos eixos. "Estou confiante, mas tem que esperar para ver", disse Camargo. No entanto, por mais que o peemedebista trabalhe para costurar uma coalizão política, econômica e social de maioria confortável, não será tarefa fácil promover uma agenda de reformas que exigirá mudanças constitucionais e enfrentará resistência até mesmo de quem foi às ruas pedindo o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Os limites para as reformas de Temer estão na Constituição e nas ruas. Os primeiros dias de Temer De acordo com a Rosenberg Associados, no primeiro dia da nova gestão, é esperado que Temer concentre os esforços na aprovação da DRU (Desvinculação das Receitas da União) e a alteração da meta fiscal deste ano, além de anunciar concessões e privatizações a toque de caixa, o que seria o mínimo que os mercados esperam. Neste cenário, os nomes da equipe econômica, tendo como a principal figura o provável ministro da Fazenda Henrique Meirelles, mostram que a economia deve ser o foco do governo. O ex-presidente do Banco Central do governo Lula definiu ainda a reforma nas regras de acesso à aposentadoria como prioridade. A pasta da Fazenda passará a incorporar a Previdência Social. Além disso, figura ainda a necessidade de uma resolução para o impasse com os Estados, que enfrenta uma grave crise na dívida: "provavelmente deve prosperar um acordo de alongamento do pagamento das dívidas, em face de contrapartidas. Pode-se aproveitar o momento para negociar a reforma do ICMS – esta última entraria na lista dos adicionais bem-recebidos". Aliás, o panorama fiscal pode ser trágico e um gigante desafio, ressalta a Rio Bravo. Em meio a um cenário mais benigno com relação ao novo governo no Congresso, o Itaú BBA também destaca que, mesmo em um quadro de forte deterioração fiscal, com o déficit do setor público atingindo 2,3% do PIB em março deste ano, o cenário fiscal pode ser mais positivo mais adiante. "Com maiores sinais de consenso político, as reformas que ajudariam na correção do desequilíbrio fiscal, notadamente a reforma da Previdência, o limite do crescimento de gastos e a desvinculação das receitas e gastos no orçamento da União, devem ser enviadas ao Congresso". Desta forma, o banco elevou a sua projeção de resultado primário para 2017 de -2,1% para -1,0% do PIB. "Avaliamos um conjunto de medidas que possibilitaria a reversão na tendência de deterioração dos resultados primários e que se somaria ao impacto da recuperação da atividade econômica", destaca. Como base para o ajuste, o banco considera, em comparação a 2016, um corte de despesas de R\$ 48 bilhões (0,7% do PIB), baseado em redução de despesas com investimento, custeio e pessoal e, do lado das receitas, R\$ 18 bilhões (0,3% do PIB), referentes à reversão total da desoneração da folha de pagamentos, e R\$ 50 bilhões (0,80% do PIB) em novas concessões, que compensam uma queda líquida de R\$ 63 bilhões (1,0% do PIB) em receitas extraordinárias frente a 2016. Neste cenário, o banco projeta que a dívida bruta alcance 72% em 2016, e 76% em 2017; e a dívida líquida, 44% em 2016, e 49% em 2017. Porém, há quem esteja mais pessimista, caso da Capital Economics, que divulgou relatório ressaltando que, mesmo em possível governo Temer, a dívida pública brasileira pode chegar a 90% do PIB, uma vez que seria difícil aprovar no Congresso as reformas necessárias para resolver o problema fiscal. Para a consultoria, a gestão provavelmente se apoiará na combinação de alguma austeridade (principalmente focada em alta de impostos), inflação relativamente alta e algum aperto fiscal. Este cenário é reforçado pela carta econômica da Mongeral Aegon Investimentos, que ressalta que a sinalização de compromisso fiscal já dada pelo novo governo está na direção correta, e é de suma importância para estancar a sangria atual. "Entretanto as possíveis propostas e reformas que têm sido discutidas dependem de medidas impopulares e, por isso, tem elevado custo político", destaca. Além da questão da dívida dos estados, a Mongeral Aegon destaca outras questões, como a provável necessidade de capitalização da Petrobras, apenas mostra o tamanho do problema que deve ser combatido para que o país alcance solvência fiscal. Por falar em Congresso...

Para fazer importantes reformas econômicas, o governo Temer precisará - e muito - do Congresso, como já foi destacado acima. Uma das incertezas com relação à aprovação das reformas com rapidez na Câmara dos Deputados começou antes mesmo do vice assumir. O afastamento do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pelo STF (Supremo Tribunal Federal) - mesmo sendo visto com alívio por alguns aliados já que a aliança estava sendo vista negativamente - gerou tensão sobre como andarão as votações por lá. "Eduardo Cunha tornou-se uma liderança forte do PMDB na Câmara. Mostrou-se muito capaz de, quando convocado, prover os votos das pessoas que o apoiam. É difícil haver uma liderança sucessória que tenha a capacidade que tenha essa capacidade tão grande que ele construiu sozinho. Cunha era uma figura capaz de dar mais celeridade às reformas na casa", observa o cientista político e professor Luís Felipe da Graça. O cenário bastante complexo de aprovar medidas de ajuste econômico e de reformas em um curto período de tempo é agravado ainda pelas eleições municipais de outubro, que tornam ainda mais difícil o apoio político para medidas suplementares, conforme destacam os economistas do Bank of America Merrill Lynch, David Beker e Ana Madeira. De início, de acordo com a consultoria política Arko Advice, o novo governo terá os mínimos 60% necessários para aprovar reformas que envolvam mudanças na Constituição. No Senado, aponta a consultoria, a coalizão deve conter com 72% dos votos (58 votos, de 9 partidos), 10% são independentes e 18% seriam de oposição. Na Câmara dos Deputados, 68% formariam a coalizão do governo Temer (351 votos, de 11 partidos), 14% independentes e 18% de oposição. Já a Eurasia prevê o apoio inicial de 380 deputados e 60 senadores na coalizão de Temer. "No entanto, o cenário em relação à política sempre é fluido, que evoluirá de acordo com as medidas e as decisões tomadas. As medidas mais necessárias são impopulares, o que explicam as restrições para a sua aprovação. Assim, o senso de urgência é grande, uma vez que o capital político pode cair daqui para frente. Desta forma, o presidente interino tem a necessidade de liderar o cenário para criar maior confiança e lançar as bases para recuperar o crescimento. O governo deve tomar medidas de curto e longo prazos, priorizando aquelas com as maiores chances de aprovação e que provocariam fluxo de notícias positivas para melhorar a confiança e, em última análise, estimular o crescimento", ressalta o BofA. Para Graça, pelo fato de ter uma "lua de mel" reduzida e pelo conturbado momento político e econômico pelo qual o país vive, Temer terá de lutar contra o tempo para conquistar estabilidade e manter o apoio necessário para governar. "O que geralmente se indica para um governante, quando ele tem uma agenda de reforma forte, é que use o período de lua de mel com a população para levar essas agendas difíceis a cabo. Como o governo Temer está nascendo do ocaso de outro governo e não de eleição direta, ele não tem esse período de lua de mel tão grande", observa. Além disso, o professor da FGV lembra que a corrida eleitoral precoce pela presidência em 2018 pode trazer problemas para o governo que assume com o afastamento da presidente Dilma Rousseff, na medida em que importantes lideranças aliadas começarão a preparar terreno para o pleito. "O ciclo eleitoral certamente vai afetar a relação do PMDB com o PSDB nesse novo governo. Como provavelmente haverá uma disputa muito aberta em 2018, talvez em 2017 haja saída do governo de atores que querem lançar candidatura própria. Pode haver o começo de deserções como aconteceu no governo Fernando Henrique em 2001. Partidos passam a pensar menos no apoio que vão dar para o governo que está acabando e mais na construção do discurso da agenda da próxima eleição presidencial", explica. Temer terá 30 dias para mostrar que "novo governo deu certo" Oito medidas formam a base da agenda econômica de Temer, de acordo com a Arko Advice: (1) um corte de 68% nos investimentos previstos na proposta orçamentária de 2016; (2) uma redução de 25% das despesas operacionais; (3) fim de reajustes e um congelamento nas contratações federais; (4) a redução de R\$ 371 milhões dos R\$ 819 milhões nos recursos destinados ao Fundo Partidário; (5) corte de 4 mil cargos públicos; (6) venda de participações acionárias, mantendo a maior parte das ações para o governo; (7) definir idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e mulheres; e (8) a redução do número dos ministérios. A consultoria de risco Eurasia também reforça uma visão mais positiva para o governo, mas destacam os desafios. "O governo de Temer enfrenta grandes desafios, e somos céticos se o presidente interino será capaz de aprovar as reformas fiscais significativas. Uma administração liderada pelo vice-presidente claramente não será capaz de promulgar reformas de gastos que gerariam um superávit primário de 2% ou 3% do PIB nos próximos dois anos, o nível necessário para estabilizar a dinâmica da dívida. E medidas para aumentar a receita por meio de impostos mais altos terão apenas um impacto modesto. A equipe de Temer não estaria interessada em elevar impostos significativamente, por isso estamos céticos de que seu governo vai encampar a CPMF, mas taxas como a Cide podem ser elevadas. Além disso, a equipe econômica de Temer terá de renegociar um acordo com os governos

estaduais a dívida dos estados". Para a consultoria, Temer desfrutará inicialmente de grande maioria no Congresso, o que pode levá-lo a aprovar facilmente reformas microeconômicas; porém, apesar do apoio, ele deve fazer progressos modestos em reformas estruturais. A Eurasia destacou em relatório do final do mês passado os desafios que Temer enfrentará no Congresso, e que seguem abaixo: Reformas estruturais

Reforma Previdenciária - de acordo com a Eurasia, Temer provavelmente adaptará a proposta que estabelece uma idade mínima da aposentadoria de 60 anos para mulheres e 65 para homens, que substituiria a regra 85/95, que correntemente permite que os homens para se aposentar com 60 anos na média. Essa mudança é constitucional com alta probabilidade de aprovação, provavelmente no primeiro semestre de 2017. Já uma proposta mais ambiciosa, de desindexação dos beneficiários previdenciários do salário mínimo, que aumenta a cada ano com inflação e crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). A expectativa de que essas mudanças sejam aprovadas é baixa.

Rigidez fiscal DRU - a DRU (Desvinculação de Receitas da União) está atualmente no Senado, através da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 143/2015 que permite a desvinculação de 25% da receita de estados e municípios até 31 de dezembro de 2023. Atualmente, a DRU está em 20%. De acordo com a Eurasia, a chance de passar é alta, com aprovação no segundo semestre de 2016. Limite de gastos - um limite de gastos poderia levar a limites como de pessoal. O ministro da Fazenda Nelson Barbosa tem adotado propostas com essa mesma estratégia, que está no PPA (Plano Plurianual). Temer poderia fortalecer esta proposta e fazer essa emenda constitucional. A proposta disso acontecer é média e pode ser aprovada no primeiro semestre de 2017.

Reforma Tributária

Reforma do PIS/Cofins - a reforma pode simplificar muito as contribuições de seguridade social. A administração atual colocou esta proposta no radar, mas o processo foi postergado por conta do processo de impeachment. Há setores da indústria de serviços que são contra essa medida, mas há apoio suficiente para que ela passe no Congresso. Temer deve colocar isso no radar, mas provavelmente não será uma prioridade. A probabilidade disso ocorrer é média e deve haver aprovação no primeiro semestre de 2017.

Reforma do ICMS - a proposta corrente no Senado praticamente acaba com a prática de competição fiscal entre os estados. Haveria uma fixação nas alíquotas entre 4% e 7% dependendo do estado, atualmente entre 7% e 12%, e estabelecer fundos para compensar os estados para a receita perdida. A reforma tem probabilidade entre média e baixa de ser aprovada. Para a Eurasia, não há viabilidade em aprovar a reforma durante o ajuste fiscal, mas ela poderia vir em 2017.

Novas receitas CPMF - Temer e seus conselheiros dizem que focarão mais em cortar gastos do que em aumentar impostos. Desta forma, a Eurasia não acredita que Temer focará em aprovar a CPMF, ainda que Meirelles admita que uma alta na receita seja necessária. É mais provável que haja aumento da Cide, que não necessita de mudança constitucional. "Dito isto, nós não descartamos a possibilidade da CPMF", afirma a Eurasia, apesar da chance ser de média para baixa.

Reformas microeconômicas

Trabalhista - a ideia seria de uma flexibilização da lei trabalhista em ordem de tornar contratações e demissões mais simples, o que requer reformas constitucionais. Propostas como o PL 4330/04, que a Câmara dos Deputados passou em abril de 2015, requerem apenas legislação ordinária e devem passar com mais facilidade. O Projeto de Lei 4330/04 regulamenta os contratos de terceirização no setor privado e para as empresas públicas, de economia mista, suas subsidiárias e controladas na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios. A chance de passar reformas maiores são menos prováveis do que as menores. Há uma chance média delas passarem no Congresso.

Pré-sal - a Câmara dos Deputados está analisando o PLS 131/2015 que trata sobre a obrigação da Petrobras de ser operadora no pré-sal. O Senado passou o assunto em fevereiro de 2016. Para a Eurasia, há uma chance de Temer optar por uma mudança mais agressiva que procure mudanças em contratos de fornecimento. A chance de mudança é alta e deve haver aprovação no segundo semestre de 2016.

Estatuto das Estatais - em março, o Senado discutiu o PLS 555/2015, que dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas e sobre seu estatuto jurídico, de forma a aumentar a governança corporativa em estatais e estabelecer qualificações mínimas para nomeações políticas. As negociações no Senado têm sido controversas, principalmente por conta da proposta de que a companhia pública terá o prazo de dois anos para manter pelo menos 25% de suas ações em circulação no mercado. As estatais terão o prazo de dez anos para efeitos da prevalência de suas ações ordinárias. A chance de aprovação é alta e de aprovação no segundo semestre deste ano.

Banco Central - o processo de emenda constitucional, PEC 43/2015, prevê mandatos de quatro anos para o presidente e os diretores do BC e estipula que qualquer contratação deve passar primeiro pelo Senado, além de garantir a independência formal da autoridade monetária. "Enquanto Dilma usou esse argumento na campanha de 2014 para atacar Marina Silva, o povo não está engajado na discussão e é pouco provável que pressione os legisladores para votar contra essa

matéria", afirma. A expectativa de aprovação é alta, no segundo semestre. Telecomunicações - uma proposta que está no radar migraria concessões públicas para um regime de autorização exclusiva e encerra a reversibilidade dos ativos, o que pode elevar os investimentos em banda larga. O atual ministro das Comunicações, André Figueiredo, tem trabalhado com a Anatel para desenvolver a proposta, o que permitiria à equipe de Temer ganhar terreno neste setor. A chance de aprovação desta matéria é alta e deve ocorrer no primeiro semestre de 2017. Mineração - o novo Código de Mineração (PL 5807/13) reduziria a incerteza legal, ainda que haja muitas discussões em relação ao aumento da taxa de royalties e perspectiva de mudanças após o acidente da Samarco, em Minas Gerais. A tramitação ocorre na Câmara há anos e não deve ser uma prioridade para Temer. A possibilidade de aprovação é média e deve ocorrer em 2017. E a política monetária? Conforme destaca a LCA Consultores, a expectativa quase consensual nos mercados é de que a política fiscal será deslocada para terreno mais restritivo – elemento que ajuda no resgate da confiança privada, mas que no curto prazo pesará sobre a velocidade da recuperação da atividade. Enquanto isso, a recuperação de condições mais favoráveis nos mercados financeiros – sobretudo a redução dos custos de rolagem de dívidas – será essencial para o resgate da saúde dos balanços corporativos e da confiança das empresas, razão pela qual a consultoria espera que a política monetária seja afrouxada bem antes do que a fiscal. "É verdade que a redução da taxa básica Selic ainda poderá enfrentar, no curto prazo, a resistência da diretoria do Banco Central que deverá assumir por indicação de Temer e do anunciado futuro ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Isso porque a inflação (corrente e projetada) segue descolada da trajetória de metas, num contexto em que Meirelles tem sinalizado que atribuirá à autoridade monetária a missão de trazer tempestivamente a inflação ao centro da meta". O nome de Ilan Goldfajn é um dos mais cotados, mas Mário Mesquita e Carlos Kawall também estão no radar. Por outro lado, a descompressão cambial recente parece abrir espaço para que a política monetária comece a ser flexibilizada ainda em 2016, talvez já no começo do 2º semestre, reforça a LCA Consultores – a depender do perfil da nova diretoria e da orientação geral da política econômica. "Essa perspectiva, ademais, tenderia a ganhar probabilidade a depender dos avanços de curto prazo no ajuste das contas fiscais", destacam os economistas da consultoria. Alternativamente a uma redução da Selic, afirma a LCA, a autoridade monetária poderia optar pela flexibilização de medidas macroprudenciais, como a redução de alíquotas de recolhimento compulsório. "Isso contribuiria para ampliar a liquidez no sistema financeiro, ajudando na renegociação das dívidas do setor corporativo privado", afirma a consultoria. Os ministériáveis Temer corre para avançar o máximo possível na resolução do quebra-cabeça ministerial. De acordo com matérias publicadas na imprensa nacional, o peemedebista já tem boa parte de sua equipe definida, sem notáveis, mas com indicações políticas que prometem garantir base de sustentação no Congresso e um enxugamento de dez pastas em comparação às atuais 32. Neste momento, os nomes já confirmados (a não ser que Temer mude de ideia) são: - O ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles no ministério da Fazenda, que já indicou a reforma da previdência uma de suas principais agendas. A pasta deverá incorporar o ministério da Previdência; - Ex-ministro da Aviação Civil e braço-direito de Temer, Eliseu Padilha irá para a Casa Civil; - O ex-ministro e líder peemedebista Geddel Vieira Lima para a Secretaria de Governo, pasta com a responsabilidade de conduzir a articulação política do governo que entra; - O senador, ex-líder dos governos anteriores e atual presidente do PMDB Romero Jucá, que domina como poucos políticos brasileiros a matéria orçamentária, para o ministério do Planejamento; - O deputado Osmar Terra deverá entrar para o ministério Social, que integrará o Desenvolvimento Agrário e também será responsável por programas como o Bolsa Família; - O deputado Maurício Lessa, que abandonou a liderança do PR para apoiar o impeachment de Dilma, será o ministro dos Transportes. A pasta incorporará a secretaria de Portos, que ficará novamente com Helder Barbalho, e a Aviação Civil, que ficará com Dario Lopes -- técnico ligado a Kassab; - Um dos principais nomes da oposição, o senador José Serra será o ministro das Relações Exteriores. O tucano tenta ganhar maior projeção na gestão peemedebista para se candidatar novamente à presidência em 2018; - Articulador importante do impeachment na Câmara e autor do voto que definiu a derrota de Dilma no plenário da casa, o deputado e ex-líder da minoria Bruno Araújo será o novo ministro das Cidades; - Um dos homens mais poderosos donos de terras no centro-oeste brasileiro, o bilionário senador Blairo Maggi comandará a Agricultura. Apesar de hoje ser filiado ao PR, o parlamentar representará o PP na equipe de Temer; - O deputado Ricardo Barros deverá ser indicado para ser o novo ministro da Saúde. O parlamentar do PP foi relator do orçamento de 2016 no congresso, e ficou conhecido por um episódio no qual pediu a redução nos gastos com o Bolsa Família para fechar as contas; - Membro da chamada "tropa de choque" de Temer, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Henrique Eduardo Alves deverá

assumir o ministério do Turismo; - Outro fiel aliado do peemedebista e nome importante para o êxito do impeachment de Dilma, o ex-ministro Moreira Franco tende a voltar à Esplanada para assumir a Secretaria Especial de Investimento, que irá focar em destravar gargalos no setor de infraestrutura; - Atual secretário de Segurança Pública da gestão Geraldo Alckmin em São Paulo, Alexandre de Moraes deverá ser o novo ministro da Justiça e Cidadania de Temer. Algumas polêmicas como seu histórico como advogado de Eduardo Cunha trazem resistências a seu nome na sociedade; - Um dos principais aliados de Dilma até poucos meses atrás, o ex-ministro das Cidades e prefeito de São Paulo Gilberto Kassab será o novo ministro da pasta que fundirá Comunicações com Ciência, Tecnologia e Inovação; - Filho do ex-presidente e cacique peemedebista José Sarney, o deputado Sarney Filho assumirá o ministério do Meio Ambiente, representando o PV. O parlamentar é militante ambientalista e recentemente assumiu protagonismo na negociação de alterações no código mineral que tramita na Câmara desde 2013; - Ex-ministro da gestão Fernando Henrique Cardoso, o deputado Raul Jungmann deverá representar o PPS no ministério da Defesa; - O ex-ministro de Minas e Energia Eduardo Braga é cotado para assumir a Integração Nacional; - Para o ministério do Trabalho, as apostas são que Ronaldo Nogueira represente o PTB na Esplanada; - Caso não seja extinto, o ministério do Esporte tem o líder do PMDB na Câmara, Leonardo Picciani, como o nome mais forte; - Fechando a lista de confirmados aparece o deputado e líder do DEM Mendonça Filho. Importante articulador pelo impeachment de Dilma na Câmara, o parlamentar ficará com o comando do ministério da Educação e Cultura. Com a fusão das pastas, o deputado Roberto Freire como representante do PPS ficará com a secretaria de Cultura em vez do comando do ministério.